



JORNAL DO SENADO

[Início](#) [Jornal do Senado](#) [Rádio Senado](#) [TV Senado](#) [Relações Públicas](#) [Senado na Mídia](#) [DataSenado](#) [Blog do Senado](#) [Campanhas](#)

ACONTECE

Veja a agenda do Senado Senado vai cobrar aluguel de imóveis ocupados por não-parlamentares Diretores de Compras e Contratações e de Controle Interno terão mandato máximo de dois anos

Eliminação do atendimento médico ambulatorial vai economizar R\$ 6 milhões Extinção de órgãos ou fusão de estruturas vai levar a economia de R\$ 3 milhões Extinção de 101 funções comissionadas nos gabinetes vai economizar recursos Economia de R\$ 1,4 milhão com cortes de 10% em contratos na área de informática Gráfica fará corte de 50% nas tiragens. Cortes globais na área chegam a R\$ 4,6 milhões Jornada corrida de 7 horas vai evitar novas contratações e levar a ganho de R\$ 160 milhões Fim de contratos de terceirização de mão de obra vai economizar R\$ 66 milhões Senado cria, sem custos, Secretaria de Transparência para cumprir lei de acesso à informação Salários de ex-parlamentares e servidores aposentados serão incluídos no Portal da Transparência Fim da distribuição de kits de informática a câmaras municipais vai gerar economia de R\$ 7 milhões Corte de 10% no contrato de mão de obra da Gráfica do Senado faz parte de medidas de austeridade Casa vai reduzir em 25% os custos com a manutenção de jardinagem Senado decide cortar R\$ 13,3 milhões na contratação de vigilantes e ascensoristas Membros da sociedade civil vão integrar Conselho de Transparência e Controle Social Proibição de nomeações 117 policiais e 42 profissionais de saúde e assistência social Senado vai economizar R\$ 26 milhões com corte de 485 funções comissionadas

[Veja a agenda do Senado](#)

Editorias

» [Administração pública](#) » [Agricultura](#) » [C&T](#) » [Congresso](#) » [Cultura](#) » [Economia](#) » [Educação](#) » [Esporte](#) » [Infraestrutura](#) » [Institucional](#) » [Justiça](#) » [Meio ambiente](#) » [Mercosul](#) » [Mundo](#) » [Saúde](#) » [Segurança pública](#) » [Senado](#) » [Sociedade](#) » [Trabalho](#)

Edições anteriores [Especial](#) [Cidadania](#) [Publicações](#)

» [Revista Em Discussão!](#) » [Encartes](#) » [Encartes Interlegis](#) » [Revistas de balanço](#)

Infográficos [Redes sociais](#)

» [Facebook](#) » [Twitter](#)

Álbuns de fotos [Expediente](#)

» [Quem Somos](#) » [Fale Conosco](#)

Você está aqui: [Portal de Notícias](#) » [Jornal do Senado](#) » [Edição de 22 de maio de 2013](#) » [Sociedade](#)

21/05/2013 - Sociedade

Debate avalia participação das mulheres na política



[Tweetar](#) 1

[Curtir](#) 0

Crescimento do número de eleitas no país é muito lento, segundo pesquisadores, devido a razões como dificuldades criadas pelos partidos às candidaturas femininas e sobrecarga de trabalho doméstico

[Busca Avançada...](#)



VEJA MAIS

[Lídice: discussão é de extrema relevância](#)

No dia em que os partidos mudarem a relação com as mulheres, com certeza o interesse delas será proporcional à mudança das estruturas partidárias, afirmou o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, professor de mestrado na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE). Ele participou de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), ontem, que buscou debater por que a participação feminina na política cresce apenas 1%, em média, a cada eleição, se a maioria dos brasileiros não tem preconceito contra votar em mulheres.



José Eustáquio Diniz, senadora Ana Rita e Clara Araújo em debate na CDH (Foto: Marcos Oliveira /Agência Senado)

Parte da resposta talvez se encontre nos partidos, que não estariam praticando “democracia de gênero”, por exemplo, ao dificultar o acesso das mulheres às esferas decisórias da estrutura partidária. A sobrecarga dos afazeres domésticos sobre as mulheres — que já respondem por 44% da força de trabalho brasileira — também é um fator de peso, ressaltou a professora Clara Araújo, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

— As mulheres trabalham em casa mais que o dobro que os homens: 26 horas contra 10 horas semanais — comentou.

Durante o debate na CDH, foi lançado o livro *Mulheres nas Eleições 2010*, elaborado com a participação de José Eustáquio Diniz Alves e Clara Araújo.

O demógrafo espera que a publicação, que pode ser baixada gratuitamente no site www.bibliotecafeminista.org.br, ajude a tirar o Brasil da “lanterna” quanto à participação feminina no cenário político internacional.

— O Brasil tem menos de 10% de mulheres na política, perdendo até para o Iraque e o Afeganistão. Pelo ritmo atual, para dividir paritariamente [os cargos políticos] com os homens, as mulheres vão levar quase 150 anos — observou.

Autora do requerimento de debate, Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou que o Congresso deve encontrar meios para promover uma crescente e contínua participação das mulheres na política brasileira.

Ação administrativa pode impulsionar resultado eleitoral

Quando não é discriminada na divisão do espaço do horário eleitoral, a mulher costuma aparecer ao lado de uma liderança partidária — normalmente, do sexo masculino — para imprimir credibilidade a sua candidatura, disse Clara Araújo.

Já um exemplo de sucesso nas urnas, impulsionada pela ação administrativa, foi a eleição de Dilma Rousseff para a Presidência em 2010.

— Ela foi ministra de Minas e Energia e da Casa Civil e teve o apoio do então presidente Lula, que era muito popular — considerou José Eustáquio.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), citou que foi apenas vereadora antes de chegar ao Senado.

Jornal do Senado

(Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)

Leia mais sobre Sociedade



Jornal do Senado

Suplemento do Jornal do Senado - Edição do Senado Federal, Brasília, 11 de maio de 2010

ASSINADA A LEI ÁUREA

O Congresso Nacional aprovou, nesta terça-feira (11), a Lei Áurea, que extingue definitivamente o Brasil como monarquia e institui a República. A Lei Áurea, assinada por D. Pedro II em 7 de maio de 1888, extinguiu o Brasil como monarquia e instituiu a República. A Lei Áurea, assinada por D. Pedro II em 7 de maio de 1888, extinguiu o Brasil como monarquia e instituiu a República.

